

Introdução

O arquipélago de Cabo Verde insere-se num contexto climático difícil. As chuvas são raras, e quando ocorrem, caem sob a forma de bátegas fortíssimas capazes de gerar torrentes que arrastam material detrítico que se deposita ao longo dos canais ou em depressões. A paisagem é o reflexo deste ambiente. O problema das secas tem reflexos nos ecossistemas, na economia do país, na família e no próprio indivíduo.

O funcionamento dos ecossistemas depende, em larga medida, do solo. Em Cabo Verde, e em particular na ilha de São Vicente, os solos são escassos, sujeitos a variadíssimos processos erosivos que os lesam. Nas terras secas, os problemas de erosão são maiores do que em qualquer outra parte do mundo. As áreas em que o vento é o principal agente de erosão são menos extensas do que aquelas onde a água é esse agente. Mas são várias as paisagens marcadas pela presença de dunas, ou a presença de pavimentos desérticos na ilha. O coberto vegetal é a tal ponto vital para a estabilidade destas áreas como é para as vertentes afetas aos processos de erosão hídrica. Reduz a velocidade do vento junto ao solo, liga o solo com as raízes, adiciona matéria orgânica à superfície e retém as poeiras finas trazidas pelo vento (Warren e Maizels, 1992).

Como os solos são pouco profundos, a maior parte da atividade biológica exerce-se próxima da superfície, e é muito intensa durante o período de maior humidade. Naturalmente que estes beneficiam da presença da vegetação. A sombra, por exemplo, abranda a decomposição dos restos de vegetação e conserva a humidade. A cobertura formada pela vegetação contraria a erosão. É particularmente interessante observar a repentina mudança na paisagem nos dias subsequentes à queda de chuva. A tonalidade clara, monótona da paisagem, capaz de absorver os vários elementos, como que numa espécie de mimetismo, dá, repentinamente, lugar ao espantar de vegetação.

Se as secas e, eventualmente, a desertificação e a erosão são os riscos mais importantes no espaço rural, por contribuírem para a perda e degradação do solo, reduzindo desta forma a superfície agrária, as cheias e inundações rápidas, arrogam-se como, provavelmente, o risco mais sério nas áreas urbanas.

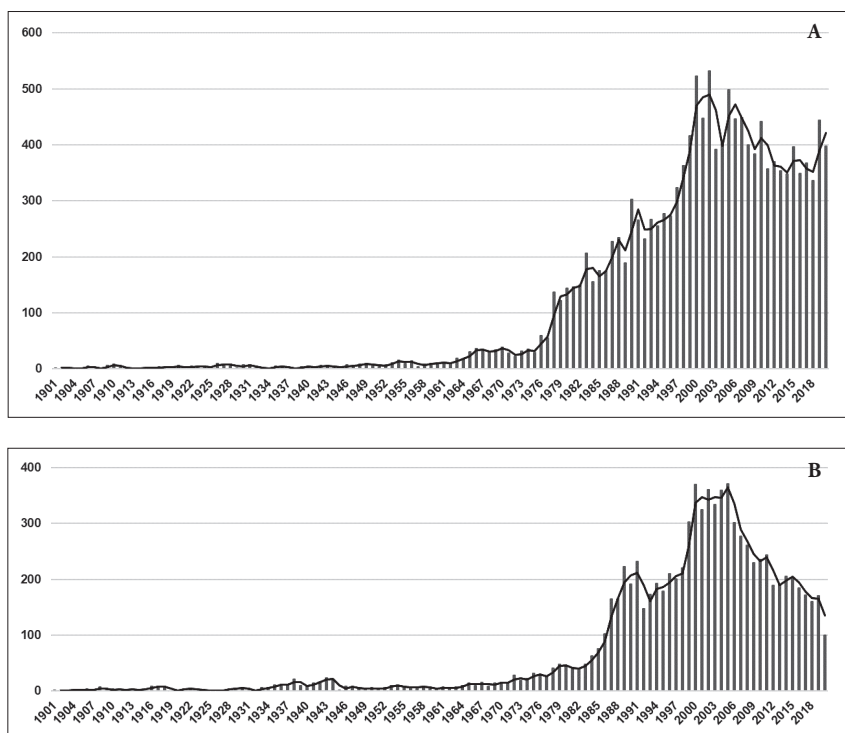
Nestas circunstâncias, a abordagem dos riscos em Cabo Verde é complexa, pelo que deverá ser transversal a várias áreas científicas e analisada a diferentes escalas. Torna-se impossível pensá-los isoladamente, pois constituem-se como verdadeiros

complexos de riscos. Torna-se ainda imperioso considerar a análise do comportamento das populações face ao risco. É neste sentido que é reforçada a ideia do envolvimento da população na gestão do risco (Dixit, 2003), ultrapassando uma visão que considera a gestão do risco como uma mera questão técnica, ignorando a importância do envolvimento da comunidade, em particular a forma como esta a percebe (Slovic *et al.*, 2000; Birkholz *et al.*, 2014). A percepção desempenha, assim, um papel importante na motivação e na participação dos indivíduos na tomada de decisões e nos comportamentos de mitigação e adaptação face ao risco (Wachinger *et al.*, 2013).

Neste particular, a educação destaca-se como uma das mais importantes e poderosas ferramentas na construção de novos conceitos, na mudança de hábitos e no diálogo intergeracional, desempenhando, por isso, um papel basilar e estruturante na implementação de mecanismos que conduzem a cidadãos mais bem preparados e a sociedades mais resilientes, o que contribuirá para uma crescente consciencialização do risco e uma melhor percepção do perigo.

O relatório “Systematic Inventory Evaluation for Risk Assessment – SIERA” (Santos, 2013), sugere um aumento do número de catástrofes naturais, identificando o risco de cheias e inundações rápidas como o que mais vítimas e prejuízos causa, principalmente nos espaços urbanos. As cidades assumem-se, geralmente, como áreas de maior risco, fundamentalmente associado aos maiores danos potenciais a elas associados, quer pelo potencial de perdas fatais, físicas (que englobam os feridos, com distintos níveis de gravidade), de desalojados (desabrigados e desaparecidos) e psicológicas. Quer, ainda, pelos danos de valor económico (materiais, ambientais e funcionais), estimado em custos monetários ou dos diferentes elementos expostos ao risco, correspondentes ao custo de mercado para a respetiva recuperação, tendo em conta não só o tipo e as características do elemento exposto, mas, também, outros fatores que poderão influenciar esse custo, tais como outras perdas económicas, diretas e indiretas, resultantes da cessação da funcionalidade, atividade ou laboração (Julião *et al.*, 2009).

A evolução do número de catástrofes observada nas últimas décadas do séc. XX (fig. 1) relaciona-se, decerto, com a maior preocupação na inventariação deste tipo de fenómeno, mas também, com o aumento da população e o crescimento das cidades, ou seja, com o incremento da população e bens económicos expostos e com a maior vulnerabilidade à manifestação destes tipos de risco (Nunes *et al.*, 2013).



O valor da linha corresponde à média móvel obtida para um período de 2 anos.

Fig. 1 - Evolução mundial do n.º de catástrofes naturais (A) e antrópicas (tecnológicas) (B), entre 1900 e 2011 (Fonte dos dados: EM-DAT, Centre Research on the Epidemiology of Disasters, Universidade Católica de Lovain, Bélgica).

Ora, no caso particular de Mindelo, em São Vicente, o rápido crescimento, aliado a limitações no planeamento, parece justificar o aumento das crises, bem como, a sua magnitude. Neste sentido, para além da análise do processo físico, de per si, torna-se imperioso analisar também a vulnerabilidade. Dito de outra forma, independentemente do tipo de risco considerado, para a sua análise é fundamental a construção de modelos que permitam prever a sua distribuição no tempo e no espaço, com base no conjunto de fatores condicionantes ou da pré-disposição dos fenómenos potencialmente perigosos (naturais, mistos e antrópicos), e que, posteriormente, terão de ser validados não só pelo inventário e pela cartografia das manifestações desses fenómenos, mas também pelas suas consequências (Cunha, 2013).